

Plano de Gestão Florestal

Herdade dos Filipes

Concelho de Portel

Duração do PGF: 25 Anos

Sociedade Agrícola do Peral, S.A.

Este plano é composto:

- Documento de Avaliação
- Modelo de Exploração
- Anexo

A veracidade da informação incluída no Documento de Avaliação é assegurada por um Termo de Responsabilidade, em anexo a este Plano de Gestão Florestal e que dele faz parte integrante.

Índice

A – Documento de avaliação	4
1– Enquadramento Social e Territorial	5
1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão	5
1.1.1 – Proprietário	5
1.1.2 – Entidade responsável pela gestão	5
1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF	5
1.2 – Caracterização Geográfica	6
1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal	6
1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal	6
2 – Caracterização Biofísica da Propriedade	7
2.1 – Relevo e Altimetria	7
2.2 – Clima	7
2.3 – Solos	8
2.4 – Flora, Fauna e Habitats	8
2.4.1 – Espécies cinegéticas	8
2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas	9
2.4.3 – Séries de vegetação	9
2.5 – Pragas, doenças e infestantes	9
2.6 – Incêndios Florestais, Cheias e outros riscos naturais	10
3 – Regimes legais específicos	11
3.1 – Restrições de utilidade pública	11
3.2 – Instrumentos de planeamento florestal	12
3.3 – Instrumentos de gestão territorial	12
3.4 – Outros ónus relevantes para a gestão	12
3.4.1 – Regime cinegético	12
3.4.2 – Contratos de arrendamento	14
3.4.3 – Outros contratos	14
4 – Caracterização dos recursos	14
4.1 – Infraestruturas florestais	14
4.1.1 – Rede viária florestal	14
4.1.2 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios	14
4.1.3 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética	15
4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade	16
4.2.1 – 1ª Função – Produção	16
4.2.2 – 2ª Função – Silvopastorícia e Caça	18
4.2.3 – 3ª Função – Proteção	20
4.3 – Evolução histórica da gestão	21
B – Modelo de Exploração	22
1 – Adequação ao PROF	23
1.1 - Contribuição para os Objetivos gerais do PROF	23
1.2 – Contribuição para os Objetivos específicos da SRH do PROF	23
2 – Caracterização e Objetivos da Exploração	25
2.1 – Caracterização dos Recursos	25
2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas	25
2.3 – Componente Florestal	26
2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos	26
2.3.2 – Caracterização de Povoamentos	26
2.4 – Componente Silvopastoril	27
2.4.1 – Caracterização das Pastagens	27
2.5– Componente cinegética, aquícola e apícola	27
3 – Organização da Gestão e zonamento funcional	28
4 – Programas Operacionais	28
4.1 – Programa de gestão da produção lenhosa	28
4.2 – Programa de gestão suberícola	28
4.3 – Programa de Infraestruturas	29

4.4 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas	29
4.5 – Programa de Apoio à Gestão Cinegética	30
C – Calendário de Operações	31
Parcela 1 e Parcela 6	32
Parcela 8	33
D – Anexos	34
Anexo 1 – Termo de responsabilidade	
Anexo 2 – Carta de Localização	
Anexo 3 – Carta de Historial de Incêndios	
Anexo 4 – Carta de Risco de Incêndio	
Anexo 5 – Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal	
Anexo 6 – Carta de Condicionantes	
Anexo 7 – Carta de Enquadramento PROF	
Anexo 8 – Carta de Infraestruturas	
Anexo 9 – Carta de Faixas de Gestão de Combustível	
Anexo 10 – Carta de Ocupação do Solo	
Anexo 11 – Carta de Ordenamento	
Anexo 12 – Carta de Intervenções (1º Quinquénio)	
Índice de Quadros	
Quadro 1 – Identificação matricial	6
Quadro 2 – Risco espacial de Incêndio	10
Quadro 3 – Restrições de Utilidade Pública	11
Quadro 4 – Contribuição do PGF para as metas da SRH	24
Quadro 5 – Ocupação do solo	25
Quadro 6 – Caracterização florestal das parcelas/função	26
Quadro 7 – Caracterização dos espaços florestais	26
Quadro 8 – Caracterização das pastagens	27
Quadro 9 – Zonamento Funcional	28
Quadro 10 – Programa de gestão suberícola	28
Quadro 11 – Programa de gestão suberícola	28
Quadro 12 – Programa de intervenção em infraestruturas	29
Quadro 13 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas	29

A – Documento de Avaliação

1 – Enquadramento Social e Territorial

1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão

1.1.1 – Proprietário

Sociedade Agrícola do Peral, S.A.
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
Telefone: 227 475 800
Email: luis.ferreira@apamorim.com

1.1.2 – Entidade responsável pela gestão

Sociedade Agrícola do Peral, S.A.
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
Telefone: 227 475 800
Email: luis.ferreira@apamorim.com

1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF

Eng.º Técnico Bernardo José Mendes Espinho
Floponor, Florestas e Obras Publicas do Norte, S.A.
Rio de Mel;
6420 – 552 Trancoso;
Contactos: 271 813 324/ 961 567 971
Email: geral@floponor.pt

1.2 – Caracterização geográfica

1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal

A exploração florestal a que respeita o plano designa-se de Herdade dos Filipes. Situa-se na freguesia da Amieira, concelho de Portel, distrito de Évora.

Nome do Prédio	N.º de matriz	Área (ha)	Distrito	Concelho	Freguesia
Filipes	1-B	436,89	Évora	Portel	Amieira

Quadro 1 – Identificação matricial

1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal

A Herdade dos Filipes enquadra-se administrativamente na freguesia de Amieira, concelho de Portel (Anexo 2).

A nível espacial, enquadra-se entre as seguintes coordenadas limítrofes da carta militar (nº 369):

- Coordenada Limítrofe Norte: 156558,538540 m
- Coordenada Limítrofe Sul: 153289,894322 m
- Coordenada Limítrofe Este: 244242,609820 m
- Coordenada Limítrofe Oeste: 241072,022693 m

Para chegar à herdade, tomamos como referência a localidade de Monte do Trigo - Portel (junto ao IP2). Chegamos ao Monte do Trigo, tomamos a direção ao Monte do Peral, circulando pela designada Estrada Real, após aproximadamente 8 km de percurso chegamos à Herdade.

Coordenadas de referência:

38° 21' 28,64" N

07° 38' 57,56" O

2 – Caracterização Biofísica da Propriedade

2.1 – Relevo e Altimetria

O relevo da região é predominantemente plano ou aplanado. No entanto, na Herdade dos Filipes, mais precisamente na área florestal, temos declives que variam entre 5-10 %, verificando-se uma altitude máxima 300 m. Quanto à área agrícola e silvopastoril, estas são predominantemente planas.

O relevo presente não permite definir a exposição solar que caracteriza a propriedade.

2.2 – Clima

Segundo a classificação de Köppen o clima nesta região é do tipo Csa, isto é, clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco (Cs), sendo o Verão, segundo Köppen, considerado quente pois a temperatura média do ar no mês mais quente é superior a 22 °C em todas as estações meteorológicas da região. Por outro lado, o Inverno pode classificar-se como temperado dada a média dos mínimos do mês mais frio ser superior a 3°C.

De acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, nesta região é Mesotérmico sub-húmido seco (C1), com índice hídrico entre 0 e -20.

A análise das precipitações mensais das estações hidrométricas da região indica uma grande irregularidade na distribuição da precipitação ao longo do ano. A chuva concentra-se no período de Outubro a Março. Abril a Junho, são meses de transição enquanto os restantes meses são secos.

A concentração da chuva no período de Inverno e a irregularidade da sua distribuição constitui uma das principais limitações em relação às atividades agrícolas e florestais. Por outro lado, a intensidade de certas chuvadas a seguir ao período seco origina condições favoráveis à erosão do solo.

De acordo com a classificação do Atlas do Ambiente, a herdade apresenta as seguintes características climáticas:

- Temperatura Média Anual – 16,0-17,5 °C
- Humidade Relativa do Ar – 75-80 %

- Precipitação Total – 500-600 mm
- Dias de Precipitação – 50-70 dias
- Dias de Geadas – 30-40 dias

2.3 – Solos

Na unidade de gestão predominam solos do tipo Luvisolos rodocrómicos. Quanto ao pH este caracteriza-se por ser predominantemente neutros (6,6 – 7,3).

2.4 – Fauna, Flora e habitats

2.4.1 – Espécies cinegéticas

Caça menor

I - Mamíferos

Lebre - *Lepus capensis*; Coelho - *Oryctolagus cuniculus*; Raposa - *Vulpes vulpes*; Saca-rabos - *Herpestes ichneumon*;

II - Aves

a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - *Alectoris rufa*; Gaio - *Garrulus glandarius*

b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - *Anas platyrhynchos*; Galinha-d'água - *Gallinula chloropus*; Tarambola-dourada - *Pluvialis apricaria*; Abibe - *Vanelius vanellus*; Galinhola - *Scolopax rusticola*; Rola - *Streptopelia turtur*; Codorniz — *Coturnix coturnix*; Pombo-torcaz *Columba palumbus*; Tordo—ruivo - *Turdus iliacus*; Tordo-comum - *Turdus philomelos*; Tordeia – *Turdus viscivorus*; Estorninho-malhado - *Sturnus vulgaris*;

Caça maior

Javali - *Sus scrofa*; Gamo - *Dama dama* (A); Veado - *Cervus elaphus*;

2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas

A principal composição florística consiste em:

Estrato Arbóreo:

Sobreiro (*Quercus suber*); Azinheira (*Quercus ilex*) e Freixos (*Fraxinus angustifolia*)

Estrato Arbustivo:

Esteva (*Cistus ladanifer*) e Sargaço (*Cistus salvifolius*);

2.4.3 – Séries de vegetação

A área deste PGF encontra-se de acordo com a carta biogeográfica de Portugal na região Mediterrânica/ Sub-região Mediterrânica-Occidental/ Superprovíncia Mediterrânica Ibero-Atlântica/ Província Luso-Extremadorense / Sector Mariânico-Monchiquense / Subsector Baixo Alentejano- Monchiquense/ Superdistrito Baixo- Alentejano. Quase toda a sua área se situa no andar mesomediterrânico subhúmido.

Os montados em solo silicioso do Pyro-Quercetum rotundifoliae e os sobreirais do Sanguisorbo-Quercetum suberis são dominantes na paisagem vegetal. São ainda característicos vulgares os estevais do Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi, o urzal-esteval Erico australis-Cistetum populifolii e os urzais do Halimio ocymoidis-Ericetum umbellatae. Ocorre ainda o giestal Retamo sphaerocarphae-Cytisetum bourgaei. Neste Superdistrito surge, ainda que de modo finícola, o amial Scrophulario-Alnetum glutinosae, sendo o freixial Ficario-Fraxinetum angustifoliae a comunidade mais comum nas ribeiras e linhas de água.

2.5 – Pragas, doenças e infestantes

Após visita de diagnóstico da condição sanitária à propriedade em apreço constatou-se a fragilidade que caracteriza estes povoamentos florestais. De entre os agentes bióticos identificados destacam-se no âmbito das pragas o

plátipo (*Platypus cylindrus*), a limantria (*Portetria dispar*), a cobrilha da cortiça (*Coroebus undatus*) e a cobrilha dos ramos (*Coroebus florentinus*). No grupo das doenças assumem maior relevância o carvão do entrecasco (*Hypoxylon mediterraneum*) e a fitoftora (*Phytophthora* sp).

2.6 – Incêndios Florestais, cheias e outros riscos naturais

Os incêndios florestais têm sido fenómeno recorrente nos últimos tempos. Segundo a cartografia nacional de áreas ardidas dos anos 1990 a 2013 (Anexo 3), disponibilizada pelo Instituto de Conservação da natureza e Florestas (ICNF), durante este período foi registada apenas uma ocorrência em 2003, numa área de 52,00 há, sem prejuízo aparentes.

De acordo com a Carta de Risco de Incêndio Florestal (Anexo 4), a área do PGF apresenta o seguinte risco espacial de incêndio:

Classe	Risco Espacial de Incêndio (%)
I	7,89
II	32,94
III	28,12
IV	26,30
V	0,11

Quadro 2 – Risco espacial de incêndio

Assim, e pelos valores registados para as classes IV e V, podemos considerar que aproximadamente 26,41% da área total da herdade apresenta um risco de incêndio florestal elevado a muito elevado.

No anexo 5 está representada a Perigosidade de Incêndio Florestal para a área do PGF, indicando uma predominância de perigosidade muito baixa a baixa.

Relativamente a outros riscos naturais, não se verifica qualquer indício que conduza a ocorrências desse tipo.

3 – Regimes legais específicos

3.1 – Restrições de utilidade pública

Condicionantes	Sim	Não	Superfície (ha e %)	Descrição das condicionantes
REN (Anexo 6)	X		255,11 ha (58,39 %)	Os eventuais condicionalismos da REN estão presentes em aproximadamente 58,39 % da área submetida ao Plano de Gestão Florestal. Desta forma, os gestores da área em causa terão o cuidado de: a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas; b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens; c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.
Sítios arqueológicos		X		Relativamente a condicionantes resultantes da existência de sítios classificados (IPPAR) não foi possível obter a informação necessária e suficiente para identificar de uma forma inequívoca os locais. No entanto, quando identificado um sítio arqueológico na herdade, serão tomadas as diligências necessárias, por forma a dar cumprimento à Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, que determina as normas e o regime de proteção e valorização do património cultural. Sendo assim convirá deixar desde já identificada a intenção inequívoca de salvaguarda dos sítios arqueológicos classificados ou a classificar.
Linha de Transporte de Energia	X		1,81 0,39%	As linhas de transporte de energia (média tensão) presentes na unidade de gestão, serão tidas em conta no que respeita à sua proteção contra eventuais fogos florestais.
Outros	X		6.43 ha 1,47 %	A Herdade dos Filipes é atravessada pelo canal de regadio gerido pela EDIA.

Quadro 3 – Restrições de utilidade pública (Anexo 6)

3.2 – Instrumentos de planeamento florestal

A exploração engloba-se geograficamente no PROF do Alentejo Central, sub-região homogénea Alqueva e envolventes e Serra de Ossa e Portel (Anexo 7). De acordo as diretrizes presentes no P.R.O.F. do Alentejo Central, pretende-se com a elaboração deste P.G.F. tirar partido de alguns dos pontos fortes estabelecidos para estas sub-regiões, nomeadamente:

- Elevado potencial para expansão da atividade cinegética;
- Elevado potencial para a produção de produtos lenhoso;
- Presença de áreas com potencialidades para a produção de produtos não lenhosos;
- Elevado potencial para a atividade silvopastoril;
- Elevada proporção de área florestal;
- Elevada aptidão para a azinheira.

O Plano Diretor Municipal de Portel, é outros dos instrumentos que serviu de apoio no planeamento florestal deste PGF.

3.3 – Instrumentos de gestão territorial

Ao nível da gestão territorial a área insere-se no Plano Diretor Municipal de Portel, no qual são definidas as metas a alcançar pelo município nos domínios do desenvolvimento económico e social nas suas relações com o ordenamento do território.

3.4 – Outro ónus relevantes para a gestão

3.4.1 – Regime cinegético

A Herdade dos Filipes encontra-se atualmente integrada na Zona de Caça Turística da Herdade do Peral e Outras (Processo n.º 47 – ICNF).

No cômputo geral a entidade gestora tem efetuado repovoamentos com perdizes para além de ações de manutenção das condições para um normal desenvolvimento das restantes espécies objeto de ordenamento, nomeadamente a lebre, o coelho, as raposas, os saca-rabos, os patos, as galinhas de água, a tarambola-dourada, a galinhola, as rolas, a codorniz, os pombos os tordos, as narcejas, o javali, o veado e o gamo. A evolução preconizada para a ocupação de solo tem sido implementada, tendo sido um dos pressupostos de integração de ações neste plano.

Assim sendo, todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas discontinuidades nos níveis arbóreos e arbustivos, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobro e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

Em resumo poderemos identificar uma série de ações a realizar, tendo como objetivo a gestão da zona de caça turística, numa perspetiva de sustentabilidade. Tais intervenções, que identificamos como ações de apoio à gestão na ZCT, serão as seguintes:

- Poda de formação e podas de rejuvenescimento para incrementar a produção de glande e bolota;
- Censos da fauna;
- Ações de repovoamento;
- Marcação de árvores mortas;
- Execução de culturas em mancha ou faixa de cereal consociadas com leguminosas;
- Como complemento das searas poderão ser efetuadas culturas para caça em pequenas manchas ou faixas;
- Controlo de surtos de mixomatose no coelho;
- Constituição de luras artificiais para coelho;

3.4.2 – Contratos de arrendamento

No que respeita a contratos de arrendamento, a Herdade dos Filipes não está associada a qualquer tipo de contrato.

3.4.3 – Outros contratos de arrendamento

No ano de 2005, a Herdade dos Filipes, executou um projeto de investimento, financiado pelo Programa AGRO – Medida 3 – Ação 3.1 Apoio à Silvicultura (Projeto n.º 2005.61.002265.8).

4 – Caracterização dos recursos

4.1 – Infraestruturas florestais

4.1.1 – Rede viária florestal

A rede viária florestal é composta por caminhos florestais (Anexo 8), servindo para circulação, durante todo o ano, dos veículos utilizados nas operações de gestão da herdade e de compartimentação florestal. Sempre que necessário serão realizadas operações de beneficiação e criadas novas infraestruturas, visto servirem também de apoio aos meios de combate aos incêndios florestais.

A rede viária florestal existente tem 17.295,78 m de extensão.

4.1.2 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)

Faixas de Gestão de Combustíveis

No que respeitadas às medidas de DFCI, no anexo 9 estão identificadas as medidas planeadas ao nível da:

Rede Terciária

A rede secundária de faixa de gestão de combustível é constituída pelas seguintes infraestruturas:

- Rede viária florestal – Intervenção numa faixa lateral com a largura mínima de 10 m para cada lado, á qual corresponde uma área de intervenção de 27,82 ha;
- Rede Elétrica - Intervenção numa faixa lateral com a largura mínima de 7,5 m para cada lado do centro da linha, á qual corresponde uma área de intervenção de 1,81 ha;
- Área social – Intervenção numa faixa de 50 m em volta das edificações, á qual corresponde uma área de intervenção de 1,57 ha;

Estas faixas têm por objetivo a diminuição da carga de combustível presente e a defesa de pessoas e bens.

De referir, que não foi possível fazer o enquadramento da Herdade dos Filipes com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Portel, pois de acordo com informação deste Município o referido plano não se encontra aprovado.

Pontos de água

- Na Herdade encontram-se 5 pontos de água (charcas) que podem servir para o abastecimento dos meios terrestres e aéreos de combate aos incêndios florestais.

Rede de vigilância e deteção de incêndios

- A área do PGF, não se encontra abrangida por quaisquer meios de deteção de incêndios.

4.1.3 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

As infraestruturas cinegéticas presente na herdade são ponto e linhas de água, que serve de bebedouro para as espécies residentes. Nas situações em que as manchas de alimentação, não tenham sucesso, são colocados alguns comedouros de alimentação.

4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade

Para Herdade dos Filipes, devido à importância da % de área ocupada com povoamentos mistos de sobreiro e azinheira, foi definida como 1.^a Função a Produção.

Da mesma forma, pela importância económica da atividade cinegética e, com menor expressão, da atividade silvopastoril, foi definida como 2.^a Função a Silvopastorícia e a Caça.

Apesar da área em causa não estar situada em área com estatuto de conservação especial a elevada importância ecológica dos montados de sobreiro e azinho determinou que fosse estabelecida a Proteção como 3.^a Função dominante para este espaço.

4.2.1 – Função Produção

Visto esta ser a primeira função definida para esta unidade de gestão e se tratar de uma área de montado a principal subfunção é a Produção de Cortiça. Assim foram estabelecidos como objetivos da gestão e intervenções florestais principais a condução do montado e a manutenção da sanidade vegetal.

Condução do montado:

Normas de intervenção ativa

- O descortiçamento deve ser executado por operadores especializados, de forma a evitar feridas nos sobreiros que prejudiquem tanto a sanidade da árvore como as extrações futuras;
- O descortiçamento deve efetuar-se durante o período de atividade do câmbio suberofelodérmico da árvore, geralmente entre Maio e Julho, podendo encurtar-se ou prolongar-se conforme as condições climáticas do ano, a latitude, a exposição, a maior ou menor humidade do solo e outros fatores ecológicos com reflexos na atividade fisiológica das árvores;
- A poda dos sobreiros deve ser encarada e planeada como uma operação cultural realizada na perspetiva da sobrevivência das árvores e

do seu rendimento em cortiça, não na perspetiva de obtenção de outros rendimentos do montado, secundários em termos económicos. A operação pode ser delineada de acordo com três funções distintas: 1) poda de formação; 2) podas de conformação; 3) poda de rejuvenescimento.

Restrições

- De acordo com a legislação em vigor, a extração da cortiça deve ser realizada a pau batido, estando a extração a meças proibida a partir de 2030;
- A atividade extrativa deve ser imediatamente suspensa – na árvore ou em todo o povoamento, em função da análise de cada situação concreta – sempre que, ao fazer-se a extração, se detete a presença de câmbio súbero-felodérmico aderente à prancha de cortiça. A retoma da extração pode efetuar-se apenas quando se puder garantir uma boa separação entre a prancha extraída e aquele câmbio;
- Em condições de previsão climática apontando para eventos extremos de precipitação ou de seca, deve ser sempre ponderado o adiamento das operações de descortiçamento, a fim de garantir que não sejam causados danos irreversíveis no câmbio;
- Nos montados de sobro e azinho só são permitidas as mobilizações do solo que não afetem as raízes das árvores ou a regeneração natural;
- São imperativamente de evitar as decapitações de árvores, o corte de ramos de grande diâmetro e o esgaçamento de cortes, devendo todas as operações de poda ser executadas com cortes lisos e inclinados, perto da zona de inserção do ramo podado, mas respeitando a coroa de tecidos responsáveis pela cicatrização dos cortes;
- Não utilizar grades pesadas nas gradagens de modo a não afetar as raízes nem a regeneração natural.

Manutenção da Sanidade Vegetal

Sempre que se proceda a regeneração artificial e seja previsível a possibilidade de ocorrência de herbivoria, é recomendável proteger a regeneração nos

primeiros tempos de vida, dado a tendência atual para se utilizarem na regeneração densidades mais baixas do que no passado, bem como sementes e plantas selecionadas, mais dispendiosas.

Nas situações em que, por haver sobreposição de espaços florestais com os sujeitos a ordenamento cinegético, sejam de recluir danos nas árvores provocados pelas espécies cinegéticas, recomenda-se que seja ponderado o controlo dos efetivos populacionais das espécies cinegéticas.

Em alternativa ou complemento à norma de intervenção ativa acima mencionada, no caso de se pretender proteger arborizações, áreas de regeneração natural ou determinadas espécies, recomenda-se o recurso aos métodos de proteção abaixo mencionados:

- A) Métodos de proteção natural;
- B) Métodos de proteção individual das plantas;
- C) Métodos de proteção total das parcelas.

Além das normas gerais, são ainda de evidenciar no caso dos montados as seguintes medidas preventivas:

- Não efetuar mobilizações do solo que não sejam estritamente necessárias;
- No caso de serem indispensáveis desmatamentos, privilegiar para a sua execução o recurso a roçadoras, ponderando sempre a possibilidade de proceder apenas a eliminações seletivas da vegetação sob coberto;
- Só recorrer a gradagens quando o declive é reduzido;
- Desinfetar com produtos adequados os equipamentos e materiais usados em povoamentos em mau estado sanitário.

4.2.2 – Função Silvopastorícia e Caça

A caça, como todas as atividades lúdicas e que, para além disso, se oferecem como recurso turístico, tem uma procura crescente. A proteção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse público. Sendo esta a 2ª função

dominante na unidade de gestão foi definido como subfunção o suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas.

Objetivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça:

a) Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de Proteção

Para as espécies de caça menor o ideal são os espaços abertos com pastagens e culturas agrícolas tradicionais, ponteados com pequenos bosquetes e manchas de matos. Para as espécies de caça maior deve haver um aumento significativo de áreas mais fechadas, tanto de estrato arbustivo como arbóreo. As espécies florestais a fomentar e/ou explorar devem ser escolhidas de acordo com a sua capacidade de fornecer alimento e Proteção, bem como com a sua capacidade de recuperação face aos danos provocados. Deve procurar-se uma proporção harmoniosa entre folhosas e resinosas em povoamentos mistos. As primeiras oferecem alimento para os grandes mamíferos, sob a forma de folhas, gomos e frutos (os ramos de folhosas são geralmente mais ricos em nutrientes e são mais apreciados pelos animais do que os de coníferas). Nas orlas das florestas com outros usos do solo, as condições de transição entre biótopos propiciam uma maior diversidade florística e faunística. A água é um elemento determinante da manutenção da fauna em meio florestal. Em regiões de fraca pluviosidade e de período estival alargado, nomeadamente em clima mediterrânico, ou de solo arenoso onde os pontos de água são inexistentes ou pouco frequentes, terá de se proceder à instalação de charcas artificiais. A localização, distribuição e distanciamento dos pontos de água são fatores a ter em consideração e devem ser colocados com base no comportamento das espécies animais (ex.: capacidade de deslocação), nas suas necessidades, nas densidades pretendidas e na totalidade de área a beneficiar.

b) Fornecimento de alimento

Se nos povoamentos florestais o alimento for uma condicionante à presença de espécies cinegéticas, o fornecimento de alimento deverá ser uma medida de gestão a considerar através da criação de postos de abastecimento (comedouros). Estes devem ser colocados preferencialmente num local calmo,

com solo bem drenado e facilmente acessível para um aprovisionamento posterior.

c) Manutenção da sanidade animal

A manutenção da sanidade pode ser preconizada através da implementação de algumas medidas:

- Controlar o estado higiénico das explorações e suas envolventes;
- Controlar os cães e gatos assilvestrados;
- Restringir e controlar os locais de passagem de gado;
- Remover o lixo dos cursos de água e suas margens;
- Sempre que seja detetado um surto de doença, deve ser interdita a caça a essa espécie e só vir a ser autorizada após recuperação, confirmada pelos serviços oficiais, da espécie referenciada;
- Controlar as condições sanitárias das explorações de criação em cativeiro, assim como a pureza genética dos animais a repovoar;
- Proceder a autópsias periódicas de animais mortos nas explorações (pode-se dizer que diariamente morrem animais nestas explorações, sendo importante conhecer as causas de morte).

4.2.3 – Função Proteção

Sendo a função de Proteção a 3ª função da unidade de gestão, foi definida como subfunção principal a Conservação de Habitats classificados. Desta forma foi estabelecido como objetivo da gestão e das intervenções florestais o fomento e manutenção de habitats de grande valor natural.

Os Objetivos de gestão devem ter em conta os seguintes pontos:

- Salvar e conduzir ativamente as áreas de maior interesse ecológico, nomeadamente maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico, nomeadamente povoamentos de sobreiro e azinheira e matos de vegetação natural;

- Privilegiar a regeneração natural dos povoamentos florestais e outras formações lenhosas naturais em habitats classificados, designadamente em todas as situações em que seja de admitir que esteja a ocorrer ou possa vir a ocorrer de forma previsível a redução da sua representatividade;
- Conservar e fomentar as espécies florestais autóctones melhor adaptadas;
- Manter/criar um mosaico de compartimentos de diferentes idades, oferecendo melhores condições de habitat para a fauna e flora;
- Manter parcelas com o mínimo de intervenção, limitado ao assentamento de cortes de higiene e sanidade, numa percentagem razoável da propriedade florestal;
- Deve manter-se o máximo de vegetação espontânea compatível com os Objetivos do ordenamento.

4.3 – Evolução histórica da gestão

O projeto AGRO05, teve por objetivo a beneficiação de montado, onde se procedeu ao controlo da vegetação espontânea, adensamento com sobreiro, instalação de culturas de cobertura e fertilizantes com vista á melhoria do solo e beneficiação de caminhos.

B – Modelo de Exploração

1 – Adequação ao PROF

PROF – Alentejo Central

Sub-Região Homogénea – Alqueva e envolventes/ Serra de Ossa e Portel

1.1 – Contribuição para os Objetivos gerais do PROF

De acordo com o que está enunciado no Decreto-Lei n.º 205/99, de 9 de Junho, e atendendo aos vários condicionalismos existentes, o Plano de Gestão Florestal (PGF) para a Herdade dos Filipes visa estabelecer normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização deste espaço florestal, promovendo a produção sustentada de bens e serviços por ele fornecidos, através da:

- Melhoria em termos quantitativos e qualitativos dos níveis da produção de cortiça, pelo estabelecimento de um programa de operações que melhore o potencial produtivo dos povoamentos de sobreiro existentes;
- Melhoria da qualidade ambiental e estética da paisagem pela reconstituição de um espaço florestal mais estável, mais diversificado e mais próximo dos sistemas naturais;
- Implementação de medidas que sustentem o declínio do montado de sobre e azinho;
- Execução de práticas que garantam a reconstituição e a valorização do habitat natural 6310 - Montados de *Quercus* spp. com estatuto de Proteção em diplomas nacionais e europeus.

1.2 – Contribuição para os Objetivos específicos da SRH do PROF

Nesta sub-região os espaços florestais devem especialmente contribuir para atingir os seguintes Objetivos específicos:

- Recuperar os espaços florestais através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo;

- Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o medronho, o mel, os cogumelos e as ervas aromáticas e medicinais;
- Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- Sensibilizar os proprietários para o correto aproveitamento de matos e resíduos florestais para fins energéticos;
- Desenvolver a atividade silvopastoril;
- Aumentar a atividade associada à caça, enquadrando-a com a atividade silvopastoril e conservação;
- Reduzir a continuidade horizontal de vegetação para minimizar a propagação do fogo;
- Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;
- Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
- Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;
- Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico.

Contribuição para as metas da SRH	Vigência do PGF	
	Início	Final
% de espaços florestais	50,84%	A percentagem de espaços florestais presente na área do PGF, manter-se-á igual.
% de arborização	50,84%	Prevê-se que área arborizada aumente ligeiramente, pois está preconizado o adensamento das clareiras existentes.
% composição florestal		
Sobreiro		Prevê-se um aumento da percentagem de sobreiro, pois preconiza-se ações de adensamento.
Azinheira		A percentagem de azinheira, manter-se-á igual, pois estão preconizadas ações de arborização e adensamento.

Quadro 4 – Contribuição do PGF para as metas da SRH

2 – Caracterização e Objetivos da exploração

2.1 – Caracterização dos Recursos

2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas

Na área proposta a P.G.F., e uma vez que a ocupação do solo é pouco diversificada, considerou-se como talhão o limite da área do PGF. Por sua vez, este foi ainda dividido em parcelas, tendo por base a ocupação do solo e as características silvícolas (Anexo 10 e 11):

Ocupação do Solo	Parcelas	Área	
		ha	%
Floresta	1 e 8	222,10	50,84
Agrícola	4	100,95	23,11
Pastagens	5	20,24	4,63
Silvo-pastorícia	6	60,62	13,88
Área Social	7	0,15	0,04
Galerias Ripícolas	2	5,50	1,26
Improdutivos	3, 10 e 11	7,67	1,76
Águas Interiores	9 e 12	19,65	4,50
	Total	436,89	100,00

Quadro 5 – Ocupação do solo

2.3 – Componente Florestal

2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos

Talhão	Parcela	Tipo de povoamento	Descrição das espécies	Área (ha)	Função desempenhada
1	1	Puro	Azinhaira	159,75	Área reservada à caça maior
	2	Misto	Freixo e Salgueiro	5,5	Área reservada ao escoamento de água e bebedouro para a caça maior
	6	Puro	Azinhaira	60,62	Área reservada à silvo-pastorícia
	8	Puro	Azinhaira	62,35	Área reservada à Produção de cortiça e silvo-pastorícia

Quadro 6 – Caracterização florestal das parcelas/Função

2.3.2 – Caracterização de Povoamentos

Parcela	Área (ha)	Espécie	Composição	Regime e Estrutura	Modo de Tratamento	Idade	% de coberto	Altura dominante (m)	DAP médio (cm)
1	159,75	Azinhaira	Puro	Alto Fuste Regular		60-70	50-60	7-8	30-40
2	5,5	Freixo e Salgueiro	Misto	Talhadia		20-30	80-90	8-10	10-20
6	60,62	Azinhaira	Puro	Alto Fuste Regular		60-70	40-50	7-8	30-40
8	62,35	Azinhaira	Puro	Alto Fuste Regular	Pau Batido	60-70	70-80	7-8	30-40

Quadro 7 – Caracterização dos espaços florestais

2.4 – Componente Silvopastoril

No que respeita à atividade silvopastoril, direcionada para o gado bovino, ocorre na parcela 6, ocorrendo também pontualmente na parcela 8.

2.4.1 – Caracterização das pastagens

Parcelas	Área (ha)	Ocupação arbustiva/ herbácea	Altura dominante	Observações
6	60,62	Esteva, sargaço, tojo e gramíneas e leguminosas diversas	30-40 cm	Prado Natural. Vegetação herbácea mais abundante nos períodos da Primavera e Outono.

Quadro 8 – Caracterização de pastagens.

2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola

Visto que a área do plano estar inserida numa ZCT, as intervenções relacionadas com a atividade cinegética são da responsabilidade da entidade gestora da mesma.

Apesar de não ser explorada a atividade apícola, na herdade podemos encontrar alguma flora melífera como a esteva (*Cistus ladanifer*) e o sargaço (*Cistus salvifolius*).

3 – Organização da gestão e zonamento funcional

Parcela	Área (ha)	Subfunção/Objetivos	Tipo de povoamento	Função Principal
1	159,75	Produção	Puro	Az1 – Produção de fruto
2	5,5	Proteção	Misto Irregular	Ri - Proteção
6	60,62	Produção	Puro	Az6 – Silvopastorícia
8	62,35	Produção	Puro	Az6 Sb1 – Silvopastorícia e Produção de cortiça

Quadro 9 – Zonamento Funcional

4 – Programas Operacionais

4.1 – Programa de gestão da produção lenhosa

Na área do PGF e pela sua ocupação do solo, não existe atividade de produção de lenho.

4.2 – Programa de gestão suberícola

Parcelas	Área (ha)	Ano	Natureza da Intervenção	Descrição das Operações	Observações
8	62,35	2022 2031	Extração	Pau batido	Cortiça Amadia

Quadro 10 – Programa de gestão suberícola

4.2 – Programa de gestão de pastagens

Parcelas	Área (ha)	Encabeçamento	Parqueamento	Gestão Forrageira	Rotações	Período de Pastoreio
6	62,35	120	Cercas elétricas	Prados Naturais	6 em 6 meses	3 meses

Quadro 11 – Programa de gestão de pastagens

4.3 – Programa de Infraestruturas

Tipo de Intervenção	Ano	Localização (Parcelas)	Observações
Ações de apoio à gestão cinegética		1 e 8	As ações de apoio à gestão cinegética são da responsabilidade dos gestores da ZCT do Peral.
		1 e 8	
		1 e 8	
		1 e 8	
		1 e 8	
		1 e 8	
		1 e 8	
		1 e 8	
Beneficiação de infraestruturas	2015	1, 6 e 8	
	2019	1, 6 e 8	
	2023	1, 6 e 8	
	2027	1, 6 e 8	
	2031	1, 6 e 8	
	2035	1, 6 e 8	
	2039	1, 6 e 8	

Quadro 12 – Programa de intervenção em infraestruturas

4.4 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas

Parcelas	Área (ha)	Ano	Operações	Descrição
1 e 8	222,10	2015/2018/2021/2024/2027/20207/2030/2033/2036/2039	Corte de matos	Serão criadas faixas de gestão de combustíveis ao longo da rede viária florestal, com intervalos de 3 anos.
8 e 6	62,35	2015/16	Tratamentos fitossanitários	Aplicação de tratamento químico para combate a pragas.
2	5,50	2015/2018/2021/2024/2027/20207/2030/2033/2036/2039	Manutenção de galerias ripícolas	Intervenções silvícolas ao nível da vegetação ripícola e desobstrução do leito.

Quadro 13 – Programas de Operações Silvícolas Mínimas

No anexo 12 estão representadas as principais ações a realizar durante o 1º quinquénio, para as parcelas definidas em PGF.

4.5 – Programa de Apoio à Gestão Cinegética

No que respeita às ações de apoio à gestão cinegética, estas são da responsabilidade da entidade gestora da Zona de Caça Turística do Peral e Outras.

C – Calendário de Operações

Plano de Gestão Florestal - Herdade dos Filipes

Parcela	Povoamento
1	Azinheira – ZCT

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Medidas de Defesa																									
Podas sanitárias/ Podas de Manutenção	X									X										X					
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X		X				X			X		X			X			X			X				X
Instalação/Beneficiação de Infraestruturas																									
Ações de apoio à gestão da ZCT	X		X				X			X		X			X			X			X				X
Beneficiação de Infraestruturas	X				X				X			X				X				X					X

Nota: A parcela 1, está vocacionada para a atividade cinegética. Trata-se de uma área vedada, com presença de espécies de caça maior.

Parcela	Povoamento
2	Freixo e Salgueiro

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Condução de Povoamentos																									
Controlo de Vegetação Espontânea	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Podas de formação	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Desbaste	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Desobstrução do leito	X			X			X			X			X			X			X			X			X

Plano de Gestão Florestal - Herdade dos Filipes

Parcela	Povoamento
6	Azinheira – Silvopastorícia

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Condução de Povoamentos																										
Podas sanitárias/ Podas de Manutenção	X										X										X					
Exploração																										
Pastoreio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Instalação/Beneficiação de Infraestruturas																										
Beneficiação de Infraestruturas	X				X				X				X				X				X				X	

Parcela	Povoamento
8	Azinhreira – Produção de cortiça e Silvopastorícia

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Condução de Povoamentos																									
Gradagem	X				X				X				X				X				X				X
Podas de formação regeneração natural								X								X									
Podas sanitária	X										X										X				
Limpeza de envolventes	X				X				X				X				X				X				X
Fertilização	X				X				X				X				X				X				X
Instalação de tremocilha	X				X				X				X				X				X				X
Aplicação de adubos	X																								
Exploração																									
Extração de cortiça amadia						X										X									
Medidas de Proteção																									
Tratamentos Fitossanitários	X	X																							
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Instalação/Beneficiação de Infraestruturas																									
Ações de apoio à gestão da ZCT	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Beneficiação de Infraestruturas	X				X				X				X				X				X				X

D – Anexos